Seminário de discussão sobre a filosofia moral de J. McDowell (*Mind, Value and Reality*, part II)

Projecto *The Bounds of Judgement – Frege, cognitive agents and human thinkers -* **Task 5 Judging morally: thinkers and the parochial**

“**Might there be external reasons?**” (1995)

**Questão orientadora:** o que significa ter razões para agir? Em que circunstâncias podemos dizer que o agente tem uma justificação racional para agir de determinado modo?

**Pano de fundo da discussão – B. Williams vs McDowell. Qual é o ponto de B. Williams?**

Aparentemente, existem 2 possíveis interpretações:

1-ter uma razão para agir *implica* ter um motivo/desejo/fim que será satisfeito por essa acção (chamemos-lhe razões internas);

2-ter uma razão para agir *não implica* ter um motivo/desejo/fim que será satisfeito com essa acção (chamemos-lhe razões externas).

↓

Williams defenderá que não existem razões externas. “A única racionalidade da acção é a racionalidade das razões internas”.

**Explicitando o ponto de Williams**: não podemos entender a primeira interpretação de um modo simplesmente subjectivista, ligado ao ponto de vista da explicação da acção. Relembremos que Williams quer explicar o que significa ter **razões normativas**: está preocupado com a justificação da acção. (cit.1) Ex: imaginemos uma situação em que o agente acredita que a substância que tem no copo é gin. Mas a substância que está no copo é petróleo. Imaginemos, também, que lhe apetece beber um gin. *De acordo com a primeira interpretação, podemos dizer que o agente tem uma razão para beber o conteúdo do copo?* Não.

O que isto significa é que as razões internas podem ser descobertas por meio da deliberação racional, e a deliberação racional não se reduz ao mero raciocínio instrumental. (cit. 2) Ele abre a deliberação racional a capacidades como a imaginação, por exemplo. (cit.3) “O raciocínio prático é um processo heurístico e imaginativo”, cujas fronteiras não são rigidamente delimitadas. Basicamente, não sabemos à partida onde podemos chegar – no entanto, sabemos de onde partimos: do **conjunto motivacional do sujeito**. No entanto, também não podemos entender este conjunto motivacional como sendo formado apenas por desejos. As razões internas não estão dependentes apenas dos estados motivacionais mais básicos e primários. (cit.4) E nenhum destes elementos tem necessariamente que ser egoísta. Williams tem uma noção de racionalidade que **não é puramente egoísta nem puramente instrumental**.

**Então o que são razões externas?** O ponto fulcral das razões externas é que elas ‘podem ser verdadeiras independentemente das motivações já existentes do agente’. **O problema de Williams é o seguinte: como é que o agente passa a acreditar que tem uma razão para agir, se ela não está ligada a nenhum dos elementos do ‘conjunto motivacional’ de partida?**

Williams concede perfeitamente que por meio do raciocínio prático, e a partir das nossas disposições e motivações actuais, seja possível chegar a novas motivações e disposições e chegar a perceber que temos razões para agir que antes não vislumbraríamos. Portanto, perguntarmo-nos se a razão pode motivar não é a pergunta interessante (porque demasiado simplista). O que distinguiria as razões externas é a capacidade de o agente descobrir que tem uma razão para agir *por meio de um procedimento de raciocínio correcto* que dê origem a uma nova motivação, mas sem ligação com as motivações existentes. A ideia é que “se o agente deliberasse racionalmente, então, qualquer que fossem as motivações que originalmente tivesse, ele acabaria motivado a fazer X”.

W. dá por garantido que não há fronteiras absolutamente definidas entre os caminhos que nos podem conduzir desde o nosso conjunto motivacional até à percepção de novas razões para agir (cit.5) mas para um teorista das razões externas, o que está em causa é um **puro procedimento da razão prática pura**. Existem razões para agir que não estão ligadas ao nosso set motivacional, mas ainda assim devemos ser qualificados de irracionais se não as seguirmos/virmos. É como se houvesse um ponto de vista exterior – o ponto de vista racional por excelência, sem ligação a nenhum agente em particular – de onde se pudessem enxergar novas razões. É por isso que considera fraudulentas as acusações de irracionalidade de um teórico das razões externas. (Korsgaard)

**Como argumenta McDowell:**

Paralelismo com a resposta a Foot: Mc contesta, como Williams, a acusação de irracionalidade – não é verdade que possamos dizer que qualquer agente racional enquanto tal (qualquer agente sensível a razões, capaz de ser movido por elas) seria capaz de perceber que X é uma razão externa. Mas isso não significa que não possamos falar de razões que estão aí, caso sejamos capazes de ver as coisas correctamente, independentemente do que sejam as nossas motivações de base, e que há pessoas cegas para essas razões.

- *porque é que não se trata de uma questão de irracionalidade?* Porque não há nenhum procedimento racional formal, nem sequer nenhum argumento, que faça com que o agente passe a ver X como uma razão para agir. “The transition to being so motivated is a transition *to* deliberating correctly, not one effected *by* deliberating correctly” (107). De facto, essa transição pode ser feita por meios não-racionais, pode ser algo da ordem da conversão*:* **é a aquisição de uma nova motivação por meio da aquisição de uma crença correcta** (por passar a ver as coisas da forma correcta). Se se tratasse obrigatoriamente de um processo deliberativo, racional, então Williams estaria certo. (cit.6) Mas ele aceita a possibilidade de uma transição, não efectuada pelo raciocínio, para um estado capaz de nos fazer ver as coisas como alguém ‘educado adequadamente’ veria. Nesse caso, haveria uma razão que sempre tivemos, que sempre esteve lá, mas não ligada às nossas motivações porque nenhum caminho deliberativo nos levou até ela. **Como se dá esse processo iluminador?**

**↓**

**O problema da irracionalidade vs sensibilidade a razões coloca-se de novo** – as razões externas são tais que a razão requer que respondamos a elas. Mas não há irracionalidade se o agente não conseguir ver tais razões por não ter sido adequadamente formado. (cf. à frente)

- *então* *porque é que Mc continua a pensar que faz sentido falar de razões externas?* Porque a racionalidade tem uma dimensão normativa (ou ‘ideal’) que a concepção de racionalidade interna não consegue dar conta. Williams diz ter aberto espaço para essa dimensão normativa quando mostrou que há caminhos, não delineados à partida, entre o que é o património motivacional do agente e as crenças de chegada, por meio da deliberação racional. Isto é, uma noção de racionalidade não pode ser meramente descritiva do que são os estados psicológicos do agente. A não existir essa dimensão normativa, um agente não poderia enganar-se a respeito do que ele tem ou não razões para fazer. (cit.7) McD considera no entanto – e aqui redunda a divergência entre eles – que esse espaço em branco que Williams deixa não é suficiente, porque uma vez que há uma determinação pelas motivações actuais do agente, a sua concepção de racionalidade é ainda demasiado dependente da psicologia individual.

**Como ficamos na disputa entre McDowell e Williams?**

Ambos são internalistas (no que diz respeito à existência de uma ligação entre razão e motivação); a diferença está na forma como explicam **o que significa ter uma razão para agir**. Para Williams, a explicação está na ligação entre a acção e qualquer elemento do conjunto motivacional do agente; para Mc, o que está na base do facto de haver uma razão para o agente fazer qualquer coisa é a circunstância em que o agente se encontra e a capacidade que o agente pode ter ou não de descortinar isso. As razões estão aí e o agente pode vê-las ou não, conforme tenha ou não sido educado correctamente; para Williams, não.

↓

Ou seja, a diferença é que, para Williams, é possível, por meio da deliberação racional, alterar as motivações de base, ao passo que para McDowell, é possível, não por meio da deliberação racional, mas por meio de uma afinação da percepção moral, chegar a motivações totalmente independentes do conjunto motivacional de base.

No fundo a pergunta que fica é esta: *onde começa a irracionalidade prática?* Podem existir, para um agente, razões para agir que são totalmente independentes dos seus interesses/motivações/planos, etc.? E pode dizer-se de um agente que não vê tais razões que ele é irracional?

Mas se uma tal razão for a conclusão lógica de um caminho deliberativo a partir do conjunto motivacional do agente, e ele não a enxergar, já podemos atribuir irracionalidade ao agente. **Como distinguir as duas situações?**

De acordo com Williams, a **acusação de irracionalidade** por parte dos teoristas da razão externa é fraudulenta (porque não há nenhum caminho deliberativo que parta das motivações de partida do agente até essas razões). O ponto dele é que ‘muitas coisas podem dizer-se a alguém que não está disposto a fazer X quando alguém pensa que ele deveria estar: por exemplo, podemos dizer que ele é cruel, ou egoísta ou imprudente’. Mas o que os teóricos das razões externas precisam de dizer é que ele é irracional (precisamente porque a ideia é que qualquer ser racional, se deliberasse correctamente, chegaria às razões externas, independentemente das motivações de partida). Ora, isso não é verdade.

Uma crítica que Williams aponta aos defensores das razões externas é precisamente a seguinte: dizer de alguém que tem uma razão externa para fazer X é uma tentativa mascarada de simplesmente dizer que algo seria bom ou melhor-de-um-certo-ponto-de-vista-normativo, por exemplo moral. Mas não que seria racional.

**McDowell escapa a esta crítica?**

Mc vê as razões externas como aquelas razões que alguém teria se tivesse sido educado da maneira apropriada, mais especificamente, se tivesse sido educado de forma a viver uma vida recomendada por uma ética aristotélica. Mas se assim é, então se o agente não vê que tem uma razão para fazer X, isso não significa que não deliberou correctamente, mas que não teve a educação apropriada. Nesse caso, então, a defesa das razões externas para Mc não é, como diz Williams, uma tentativa mascarada de simplesmente defender o que seria melhor-de-um-certo-ponto-de-vista-normativo, neste caso, de acordo com a moral aristotélica? Seriam factos acerca do que seria bom que fizéssemos do ponto de vista ético concebido por Aristóteles e não factos acerca do que temos razões para fazer. Seria simplesmente uma tentativa de defesa de uma certa teoria normativa e não do que é racional que façamos/do que estamos racionalmente justificados a fazer.

Outro problema: Mc tem da racionalidade uma concepção ideal/normativa e não puramente psicológica/descritiva. Em Kant, por ex., o que confere à racionalidade essa capacidade de transcender a subjectividade e as características psicológicas dos agentes é o facto de se tratar de uma faculdade universal, válida para todos. Só que Mc não está em posição de dizer o mesmo. Há aqui um problema?